



PARECER PRÉVIO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10024/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato da Silva (Prefeito Municipal)
Agostinho Ferreira Neto (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2125/2014-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do Sr. Agostinho Ferreira Neto, exercício de 2011, Prefeito Municipal de Careiro da Várzea no período de 1º a 31.01, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;
- 10.2. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do Sr. Raimundo Nonato da Silva, exercício 2011, Prefeito Municipal de Careiro da Várzea no período de 1º.02 a 31.12, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.



PARECER PRÉVIO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 7 de Agosto de 2017
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÊ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10024/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato da Silva (Ordenador de Despesa)
Agostinho Ferreira Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2125/2014-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Agostinho Ferreira Neto, ordenador da despesa da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea, no período de 1º a 31.01, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 9.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Raimundo Nonato da Silva, ordenador da despesa da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea no período de 1º.02 a 31.12, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Nonato da Silva no valor de R\$ 2.192,06 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelo item 10 do Voto – restrições da Dicami;



ACÓRDÃO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Nonato da Silva no valor de R\$ 13.152,36 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelo item 1 do Voto – Restrições da Dicami;
- 9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Nonato da Silva no valor de R\$4.384,12 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, V da Resolução n. 04/2002 pelo item 22 do Voto – Restrições da Dicami;
- 9.6. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Nonato da Silva no valor de R\$8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelos itens do Voto: 3, 4, 7, 11, 15.4, 15.7, 15.8, 16, 17, 18, 19, 20, 20.2, 21 das restrições da Dicami; 1-5 das restrições do Ministério Público e 1-5 das restrições do Despacho do Relator.
- 9.7. Considerar em Alcance** o Sr. Raimundo Nonato da Silva no valor de R\$395.065,57 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, pelo item 22 do Voto – restrições da Dicami;
- 9.8. Aplicar Multa** ao Sr. Agostinho Ferreira Neto no valor de R\$8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do Voto – restrições do Ministério Público.
- 9.9. Conceder Prazo** ao Raimundo Nonato da Silva de 30 dias para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações



ACÓRDÃO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

9.10. Conceder prazo ao Sr. Agostinho Ferreira Neto de 30 dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

9.11. Recomendar ao Sr. Nonato da Silva, bem como, ao atual Prefeito Municipal de Careiro da Várzea que:

- Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, da movimentação contábil mensal por meio eletrônico, conforme estabelece o art.4º da Resolução TCE nº 07/02 c/c o parágrafo 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;
- Observe e cumpra as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, quando da formalização de Contratos e Licitações;
- Cumpra o que determina a Lei 4.320/64, que trata das Normas Gerais de Direito Financeiro;
- Observar e cumprir a Lei nº 11.494/2007, que trata da aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;
- Evite a movimentação de grande volume de recursos financeiros em espécie;
- Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
- Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n. 4320/64; pelo fiel registro das receitas tributárias municipais;
- Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;
- Proceda aos repasses das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.12. Dar ciência deste decisório ao Sr. Raimundo Nonato da Silva, bem



ACÓRDÃO Nº 50/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 50/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

como, ao Sr. Agostinho Ferreira Lima.

9.13. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais, após cumpridas as providências supra.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral